

O ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR E A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS (2012 – 2017)

Zildete Soares Aranha Azevêdo
Rede Municipal de Educação/Pindaí
zildetesoesares@yahoo.com.br

Eliara Cristina Nogueira da Silva Teixeira
Rede Estadual de Educação/Pindaí
edyaraegui@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta o estado do conhecimento sobre a inserção do aluno surdo em sala de aula regular e a formação docente, levantado em trabalhos publicados nos últimos cinco anos, período correspondente aos anos posteriores à primeira década da Lei nº 10.436/2002, que instituiu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular conferindo aos surdos o acesso à educação. Nesta perspectiva, o texto que se encontra dividido em três seções, explicita inicialmente as fontes onde foram encontrados os trabalhos analisados, os descritores usados nas buscas e o recorte temporal, trazendo ainda na primeira seção o quantitativo de trabalhos encontrados, relacionando-os às fontes (Anpae e Anped) e aos autores; na segunda seção expõe o que as pesquisas acadêmicas discorrem sobre o tema em questão; e, na terceira e última seção, aponta direcionamentos e/ou possibilidades de condução de novas pesquisas. Conclui-se, pois, das proposições emanadas neste estudo, que apesar de decorridos mais de 10 anos da instituição dos instrumentos legais que garantiram o status linguístico a LIBRAS no Brasil, a realidade que se apresenta no cenário educacional é de escolas que se declaram inclusivas, mas que em seus contextos são exclusivas, por apenas receber o aluno surdo sem profissionais com formação adequada para atendê-los, bem como, sem adequar o espaço escolar e o planejamento pedagógico coerente com a referida especificidade, entre outros, justificando assim a realização de novas pesquisas que possibilitem o redirecionamento de ações para real efetivação da política de inclusão dos alunos surdos no ensino regular.

Palavras-chave: Aluno Surdo. Formação Docente. Produção de Conhecimentos.

1. Introdução

Considerada uma modalidade educativa que envolve todos os membros das instituições de ensino no processo de atendimento à diversidade de alunos, a inclusão, aponta como principal objetivo a aliança de pessoas com todo e qualquer tipo de deficiência, em todos os ambientes. Tomando como referência o espaço escolar, faz-se necessário pontuar que a criança com alguma

deficiência deve ser introduzida em uma turma regular e, nesta perspectiva, compreende-se que a formação do professor para o atendimento ao aluno surdo é de fundamental importância.

Analisando a história da educação dos surdos, foi possível constatar que a cultura surda vem traçando um longo caminho, haja vista já ter perpassado pelo oralismo que é uma abordagem que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral do país (GOLDFELD, 1997); a comunicação total, como o próprio nome indica, não exclui técnicas e recursos para estimulação auditiva, adaptação de aparelho de ampliação sonora individual, leitura labial, oralização, leitura e escrita, prega total liberdade na prática de táticas que admitam o resgate de comunicação, seja por meio da linguagem oral, de sinais, da datilologia, ou pela combinação desses modos (CICCONE, 1990). E, o bilinguismo que é a LIBRAS, sendo a língua materna (1ª língua) e a língua portuguesa (2ª língua). Nessa conjuntura, Skliar (2006) ratifica que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) poderá ser para o indivíduo “um elemento mediador entre o surdo e o meio social em que vive. Por intermédio dela, os surdos demonstram suas capacidades de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais em níveis mais elaborados” (p.72).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva assegura que aos sistemas de ensino compete a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva em suas escolas, disponibilizando as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete. E, o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando o acesso à escola aos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Somado ao quanto apresentado, há também o fato de, mesmo transcorridos 10 anos da promulgação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, ainda ser gritante o número de escolas brasileiras que apresentam resistência em receber crianças e/ou adolescentes surdos, sob a alegação de falta de preparo das escolas para realizar a inclusão, uma vez que esta só ocorrerá de fato mediante o preparo dos profissionais que compõem a escola.

Assim, importa salientar, que de modo urgente, as instituições escolares devem se preocupar com a formação inicial e continuada de seus professores. Sobre isso, Fonseca (1995)

ênfatisa que é preciso preparar todos os professores, com urgência, para obter sucesso na inclusão, por meio de um processo de inserção progressiva, pois só dessa maneira poderão intermediar o conhecimento aos alunos com mais segurança e competência.

Ainda sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, a Lei 10.436/2002 aponta em seus artigos 2º e 3º algumas dimensões objetivas: a) Garantia por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (Art. 2º); e, b) As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (Art. 3º).

Já o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que a regulamenta, além de atribuir à comunidade surda brasileira o direito ao ensino e apropriação das duas línguas, a Línguas de Sinais como sua língua materna e a Língua Portuguesa, como segunda língua na modalidade escrita, também adequa, além de outras ações, a questão da formação do professor asseverando em seu artigo 4º que “A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua”. O artigo 5º, por sua vez, discorre sobre a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, e pontua que esta deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Em face do contexto apresentado e ciente da importância que estas questões têm para o contexto do desenvolvimento educacional é que o presente estudo visa mapear e analisar o conhecimento científico sobre a inclusão do aluno surdo em salas de aula regulares e a formação docente através de trabalhos publicados pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), no período de 2012-2017. É importante salientar que este estudo de revisão tipo

“Estado do Conhecimento” e/ou “Estado da Arte” é um levantamento do que se conhece sobre determinado assunto a partir de pesquisas realizadas (VOSGERAU, ROMANOWSKI, 2014) e constitui-se como parte integrante da pesquisa denominada “O Aluno Surdo em Sala de Aula Regular e a Formação docente no município de Pindaí - Bahia”.

2. O Aluno Surdo e a Formação Docente: Mapeamento dos trabalhos encontrados

Os trabalhos escolhidos para a organização desta pesquisa constituem-se em produções publicadas nos Anais das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e nos simpósios bianuais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), fontes escolhidas pela importância que possuem no cenário educacional brasileiro quanto à promoção e publicação da produção científica no país, bem como pela acessibilidade virtual aos trabalhos neles publicados.

O acesso aos trabalhos publicados na ANPED foi conseguido por meio da página da associação (<http://www.anped.org.br/>), observando o Grupo de Trabalho (GT) 15 - “Educação Especial” e as respectivas Reuniões Anuais: 35^a (2012), 36^a (2013) e 37^a (2015). Os publicados nos eventos da ANPAE (<http://www.anpae.org.br/website/>), que possuem caráter bienal, foram acessados considerando o Eixo “Educação e direitos humanos, diversidade cultural e inclusão social” do 26º Simpósio Brasileiro ocorrido em 2013; Eixo 3 “Políticas e Práticas de formação Docente e Dirigentes Escolares” do 27º Simpósio Brasileiro em 2015 e do 28º Simpósio de Política e administração da Educação. O recorte temporal 2012-2017 foi escolhido por corresponder aos 05 anos que sucedem à primeira década que a “Lei de LIBRAS” fora instituída.

Os descritores escolhidos para a busca e/ou acesso aos trabalhos publicados foram as palavras-chaves “Aluno surdo” e “Formação docente”, ambas escolhidas levando em consideração a intenção do objeto de pesquisa ser a de investigar as implicações da implantação da Lei 10.436/2002 e do decreto 5.626/2005 no município Pindaí-Bahia, no que diz respeito o aluno surdo em sala de aula regular e a formação docente para o ensino destes sujeitos.

As pesquisas escolhidas foram, inicialmente, organizadas quantitativamente e em seguida analisados qualitativamente, abordando as seguintes especificidades: foco da pesquisa, abordagens

metodológicas, autores citados, sujeitos envolvidos e principais conclusões. Esses dados foram manuseados cautelosamente, desde o início, de forma a creditar maior precisão e representatividade ao resultado final.

Como já explicitado, para garimpagem dos trabalhos foram escolhidas as bases de dados dos eventos ANPAE e ANPED, por serem reconhecidos como importantes instrumentos de divulgação da ciência e, sempre partindo do ano de 2017 para os anos anteriores, sendo, pois selecionadas 09 produções.

A Anped com 06 artigos publicados sobre a temática sobressai à outra fonte de busca, correspondendo, portanto, a 57% das pesquisas encontradas; e, a outra fonte (Anpae) apresenta o quantitativo de 03 trabalhos publicados correspondendo a 43%.

O recorte temporal (2012 a 2017), como exposto anteriormente, fora selecionado por corresponder aos anos posteriores à primeira década da Lei nº 10.436/2002, que instituiu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular conferindo aos surdos o acesso à educação, período considerado suficiente para avaliação dos avanços, sucessos e/ou impasses relacionados à implementação da referida lei como política pública de inclusão dos alunos surdos na educação escolar.

Assim, fora encontrado, basicamente, um trabalho em cada Simpósio Brasileiro da Anpae nos anos de 2013, 2015, 2017. Já nas reuniões anuais da Anped foram encontrados um trabalho em 2012, dois em 2013 e três em 2015. O quadro a seguir apresenta os trabalhos selecionados, seus respectivos títulos e autores:

Quadro 1: Trabalhos selecionados nos bancos de dados da ANPED e ANPAE

	ANPAE	ANPED
ANO	TÍTULO/AUTORES	TÍTULO/AUTORES
2012		Fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares Adriana Dantas Wanderley dos Santos
2013	Inclusão de surdos no ensino regular: entre o discurso oficial e a realidade do cotidiano escolar Eleny Brandão Calvacante Liliane Viana Soares Patrícia Siqueira dos Santos	Surdos e ouvintes na escola regular possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues Patrícia Graff
		Aprendizagem da docência alfabetizadora no

		contexto da surdez Giovana Medianeira Fracari Hautrive
2015		Práticas de professores de alunos surdos e o ensino de língua estrangeira na educação de surdos Karina Ávila Pereira
	O ensino de surdos: um olhar sobre a formação de professores e a estrutura e recursos de municípios cearense Germana Costa Paixão José Nelson Arruda Filho	A formação docente inicial na perspectiva da educação inclusiva: com a palavra o professor formador Gabriela Maria Barbosa Brabo
		Educação escolar bilíngue de surdos Janete Inês Müller
2017	Alfabetização de crianças surdas no Brasil: uma análise da política de formação de docentes para uma educação inclusiva bilíngue Claudia de Souza Martins Lima Ednaceli Abreu Damasceno Karlene Ferreira de Souza	
Total	03	06

Fonte: Quadro criado para utilização na pesquisa.

2.1. Quantitativo de Artigos Avaliados: Distribuição regional e temática; metodologias e sujeitos das pesquisas; autores e instrumentos legais consultados

A realização deste trabalho começou a partir da curiosidade sobre a temática; nesta perspectiva, iniciou-se uma leitura completa dos artigos encontrados, e posterior levantamento dos aspectos já abordados sobre o tema de modo a revelar possíveis consensos, dissensos e lacunas ainda existentes nas discussões levantadas pelos pesquisadores.

Desta forma, os 09 trabalhos citados no Quadro 01, apresentam diversos pontos a respeito da lei de LIBRAS, principalmente sobre a sua implementação. Trazem discussões relevantes sobre educação de surdos, aspectos relacionados à concepção da língua de sinais e à formação de

professores em variadas localidades no Brasil. Isto é, como de fato está acontecendo à inclusão de alunos surdos em diversas localidades do Brasil, após a lei 10.436/2012.

Nesta perspectiva, os artigos analisados discorreram e/ou abordaram as seguintes nuances sobre o assunto em pauta: a) inclusão de surdos no ensino regular: entre o discurso oficial e a realidade do cotidiano escolar, enfatizando como está sendo implementada a política de educação inclusiva no município de Santarém (01); b) o ensino de surdos, a formação dos professores, estrutura e recursos em municípios cearenses (01); c) a alfabetização de crianças surdas no Brasil: uma análise da política de formação de docentes para uma educação inclusiva bilíngue (01); d) fatores influenciadores da permanência ou ausência dos alunos surdos usuários da língua de sinais nas escolas regulares (01); e) surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues (01); f) a aprendizagem da docência alfabetizadora no contexto da surdez (01); g) a prática de professores de alunos surdos e o ensino de língua estrangeira (01); h) formação docente inicial na perspectiva da educação inclusiva: com a palavra o professor formador (01); e, por fim, i) a educação escolar bilíngue de surdos (01).

Quanto à metodologia utilizada no desenvolvimento das pesquisas selecionadas, 06 se referiram à abordagem qualitativa de modo global; 01 pontuou a utilização e análise de documentos referenciais bibliográficos que tratam das políticas de formação docente para uma educação inclusiva bilíngue de crianças surdas; 01 trabalhou com narrativas de cunho sociocultural; e, 01 com análise do discurso na perspectiva foucaultiana. Outro aspecto a ser destacado, é que os 09 trabalhos que utilizaram a pesquisa documental e/ou bibliográfica, também foram a campo e discutiram a temática a partir da análise de casos específicos, isto é, analisaram documentos e legislações das realidades a seguir: 01 no município de Santarém - PA; 01 em seis municípios cearenses; 01 sobre a alfabetização da criança surda no Brasil; 01 no município de Salvador - BA; 01 em Santa Rosa/ RS; 01 em Escolas do Sistema Estadual de Educação no Rio grande do Sul; 01 em doze escolas da região Sul; 01 em duas escolas da região Sudeste; e, 01 em uma escola da região Centro Oeste, totalizando 17 escolas regulares investigadas, contemplando as 05 regiões brasileiras.

Em se tratando da distribuição por regiões, o contraste apresentado expressa qual região mais apresenta preocupação com a temática, indicando, pois, que os maiores avanços da Lei de Libras como política de inclusão ocorreu na região Sul, conforme ilustra a imagem abaixo:



Imagem 2 – Quantidade de artigos publicados por região brasileira
Fonte: Dados da pesquisa.
Fonte da imagem: www.baixarmapas.com.br

Ainda focando os procedimentos metodológicos de pesquisa, dos 09 trabalhos citados, 02 utilizaram entrevistas com roteiros semiestruturados; 01 fez uso de questionários; 01 revisão de literatura; 01 estudo no viés etnográfico. A escolha pelo viés etnográfico se deu em virtude da proposição de (re) descoberta do ambiente da pesquisa, redimensionando-o para que possa se mostrar outra vez, por uma nova perspectiva, um outro ângulo. De acordo com Pfaff (2010, p. 262), “a Etnografia é a prática social na qual o pesquisador toma parte da realidade social investigada”, o que se mostra adequado considerando o campo de estudo. Aos aspectos metodológicos já pontuados, acrescenta-se 01 trabalho construído a partir da análise documental de regimentos escolares e propostas pedagógicas das instituições em estudo.

Das 09 produções analisadas, 08 apresentam como sujeitos das pesquisas professores e alunos e apenas 01 fez uso conjunto de professores, coordenadores pedagógicos, diretores e familiares de alunos surdos como sujeitos.

Quanto aos autores mais citados na revisão bibliográfica das pesquisas, estes, serão aqui apresentados conforme suas contribuições para temática em questão: Silva (2001) fora citado nos

trabalhos que evidenciaram a construção de sentidos na escrita pelo aluno surdo; Carvalho (2010) para abordar aspectos da Escola inclusiva; Skliar(1997, 2010) consubstanciou as produções que debateram o paradoxo “ Educação e exclusão”, a partir de abordagens socioantropológicas na educação especial, a localização política da educação bilíngue e a surdez apoiada num olhar sobre as diferenças. Lev Vygotski (1997, 2003) fora consultado para fundamentar a formação social da mente, no debate sobre como esses alunos aprendem; Menezes (2010) e Quadros (1997) foram citados para assentar a discussão em torno da inclusão de alunos surdos na escola regular focando os aspectos linguísticos e pedagógicos, bem como, os aspectos relacionados à aquisição da linguagem na educação de surdos. Gatti e André (2010), por sua vez, fora citada para fundamentar a metodologia utilizada pela maioria das pesquisas realizadas, que foi a abordagem qualitativa, e Freitas (2002) para embasar a apresentação da abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Já os teóricos Brito (1997), Soares (1999) e Karnopp (2012) foram consultados para consolidar os debates sobre deficiência auditiva, a educação do surdo no Brasil e a educação bilíngue para surdos, respectivamente. Em relação à Formação de professores na Educação inclusiva, os autores lidos foram Zulian e Freitas (2001). Por fim, para fundamentar os argumentos sobre as relações de poder na escola, bem como, as evidências sobre as relações de poder e repressão que perpassam os discursos relacionados à questão da inclusão escolar dos alunos surdos, o autor consultado fora Michel Foucault (1996, 2001).

No tocante às legislações consultadas e que dispõem sobre a formação de professores e sobre o direito do aluno surdo à educação escolar, em todos os trabalhos analisados foram evidenciadas os seguintes instrumentos: Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais (Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. (Brasília, DF, 1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação BRASIL (Decreto nº 5. 626. Brasília, 22 de dezembro de 2005); e, Lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais- Libras - e dá outras providências (Diário Oficial da União, Brasília, 24 abril 2002).

3. Proposições enunciadas pelas produções acadêmicas examinadas

As conclusões anunciadas pelos autores dos trabalhos selecionados para construção deste artigo serão descritas a seguir, com o objetivo de destacar as proposições científicas deles emanadas, de modo a identificar consensos, conflitos e possibilidades de novas discussões sobre o tema, configurando um novo campo investigativo que é o que se propõe a pesquisa.

Partindo da preocupação com a formação dos professores da Educação Básica para o atendimento ao aluno surdo, questão essa, que tem marcado as políticas educativas dos últimos anos, os estudos realizados, embora reconheçam os avanços significativos em algumas escolas quanto ao cumprimento da lei 10.436/2012 e do decreto 5.626/2005, apontam a necessidade de uma política efetiva de formação de professores, visando valorizar de forma significativa a concretização de propostas educacionais bilíngues. Ademais, necessário se faz abordar a necessidade de melhoria de condições de trabalho dos profissionais do ensino e de maior diálogo e engajamento de todos da comunidade escolar na questão da inclusão dos alunos surdos.

Ainda a respeito da formação docente para o atendimento ao aluno surdo no ensino regular, Paixão e Filho (2015) apontam como avanço a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Libras nas licenciaturas, por meio do decreto 5.626/05. O referido decreto regulamenta a lei 10.436/02 e inclui a disciplina de Libras no currículo das licenciaturas, nos cursos de fonoaudiologia, das diversas instituições e sistemas de ensino, em âmbito Federal, Estadual e Municipal de ensino. Contudo, Vitalino, Dall' Acqua e Brochado (2010) asseveram que a referida legislação oculta informações essenciais para a elaboração dos programas da referida disciplina, visto que não dispõem sobre conteúdos, carga horária e sua natureza, se teórica ou prática. Além disso, os seus objetivos não ficaram explicitados, pois o fato de prever a obrigatoriedade de uma única disciplina nos cursos de graduação, não é garantia de domínio da referida língua, que como qualquer outra língua requer para seu aprendizado, além do conhecimento técnico, tempo, treino. E neste aspecto é inegável a necessidade do contato com o surdo.

Outra questão de grande relevância levantada em um dos trabalhos pesquisados perpassa pela empatia, haja vista que no contexto da surdez a relação estabelecida não é “o fazer pelo outro”, mas é “o se colocar no lugar do outro”, isto é, no lugar do sujeito e lançar para si as

agonias e as inquietações que o outro está convivendo. Segundo Quadros (1997), o processo educacional acontece mediante a interação linguística e deve ocorrer, portanto em LIBRAS; e, nesta perspectiva, as práticas pedagógicas para o ensino de alunos surdos não devem estar dependentes de uma linguagem oral auditiva. Deve se respeitar a singularidade do sujeito, uma vez que o processo de assimilação e produções cognitivas do surdo acontece de forma diferente.

Sobre isso Silva (2001) enfatiza que:

No currículo há o conflito na compreensão do papel da escola, em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico. É preciso assumir em uma perspectiva sociolinguística e antropológica na educação dos surdos dentro da instituição escolar, considerando a condição bilíngue do aluno surdo (SILVA, 2001.p.21).

Ratificando a importância da construção de um espaço escolar realmente inclusivo onde alunos surdos e ouvintes convivam com justas condições de igualdade, a autora Graff (2013) afirma que ainda persistem nos cotidianos de escolas que se declaram inclusiva a demarcação do espaço entre ouvintes e surdos, entre língua majoritária e língua marginalizada. Isto é, permite a entrada e permanência dos alunos surdos no ensino regular desde que não desacomode as práticas instituídas. Nesse sentido, pontua que somente existirá a verdadeira inclusão quando as escolas se organizarem como espaços bilíngues, com difusão da língua brasileira de sinais para todos, surdos e ouvintes, de modo que conhecendo a Libras eles possam se comunicar sem que haja a interferência constante de tradutor/intérprete, sem desconsiderar a importância desse profissional. A autora (Graff) acrescenta ainda a importância de oferecer cursos de formação continuada para os docentes e ressalta que, primeiramente, os professores devem se disponibilizar a aprender a Libras, defendendo que a inclusão somente acontecerá quando professores e alunos dialogarem numa única língua.

Coadunando com as ideias de Graff (2013), as autoras Hautrive e Bolzan (2013) evidenciam que não bastam os professores que atuam com alunos surdos dominarem a língua de sinais e as especificidades culturais da comunidade surda, faz-se necessário que estes se engajem ativamente nas questões relacionadas à constituição do contexto sócio antropológico desses sujeitos.

Por fim, a falta de políticas públicas efetivas recai sobre a temática aqui discutida, pois a inexistência de condições de trabalho adequadas, a falta de formação de qualidade e um sistema de avaliação que fortaleça a capacidade dos docentes em sua prática, acabam por prejudicar a inclusão do aluno surdo em sala de aula regular. A esse respeito, Santos (2012) acentua que baseados em estudos feitos foi possível perceber que a educação do surdo usuário de língua de sinais necessita de atenções diversas, salientando que pensar em um sistema educacional inclusivo significa atentar a todas as necessidades, pontuando que a pouca frequência desses alunos nas escolas regulares não se deve apenas ao despreparo das escolas, mas principalmente por falta de uma política inclusiva voltada à educação do surdo.

4. Direcionamentos, possibilidades e encaminhamento de uma nova pesquisa.

De posse das informações dos aspectos já privilegiados nas pesquisas publicadas na Anpae, Anped, entre os anos 2012 e 2017, sobre a lei 10.436/02 e o decreto 5.626/05 que garante o status linguístico a LIBRAS no Brasil, e a formação docente para o atendimento de surdos em sala de aula regular, apresentados foi possível perceber algumas lacunas e/ou vieses que necessitam de melhores esclarecimentos e/ou novos estudos.

Nota-se uma importante questão, inicialmente, sobre a lei de Libras que perpassa por saber se esta, fora implementada em todos os estados e municípios brasileiros.

Também foi possível perceber uma grande lacuna no que diz respeito à adaptação curricular, haja vista que o decreto dispõe sobre a obrigatoriedade de Libras nos cursos de licenciaturas. Essa formação durante a graduação será suficiente para o atendimento aos alunos surdos? E na sala de aula regular das outras etapas de ensino, qual deverá ser a adaptação curricular?

Diante do exposto, ficou notória a necessidade de conscientização de que não basta apenas a criação de leis indicando a urgência de uma escola de fato inclusiva, sendo, pois, imprescindível fazer investimentos na formação de professores, adaptações adequadas para a acessibilidade, por meio de políticas públicas garantindo a efetivação do trabalho inclusivo, investimentos para

contratação de profissionais de Libras interprete/tradutor para o atendimento do aluno na sala de aula regular, além do acesso a Libras no horário oposto.

Esses foram alguns aspectos que demandaram dúvidas, em razão da lei de 10.436/02 que dispõe sobre LIBRAS, apesar de ter se configurado como uma grande conquista das pessoas com deficiência auditiva nacionalmente, ainda apresentar inconsistências, denotando assim, a relevância do estudo dessa política pública com vistas a contribuir com e para a melhoria da educação brasileira.

Desse modo, de posse dos aspectos privilegiados no mapeamento feito em trabalhos publicados nos últimos cinco anos sobre a inserção do aluno surdo no ensino regular e a formação de professores para tal demanda, apresento a seguir, as especificidades que constituirão o estudo/pesquisa que será realizado, de modo que este se configure como novo e relevante para o contexto educacional em âmbito local e nacional. Diante do exposto, na pesquisa a se realizar, investigar-se-á a inclusão do aluno surdo no ensino regular da rede municipal de Pindaí - Bahia e a formação dos professores para esta singularidade, examinando também se houve adequações nos programas curriculares e/ou projetos pedagógicos das instituições de ensino que atendem alunos surdos.

Portanto, referido o estudo não fará uso apenas de informações documentais e/ou bibliográficas, mas investigará a implementação dessa Lei enquanto política pública educacional, com foco específico para a formação docente, a partir, principalmente da percepção dos professores, que são sujeitos importantes na questão da inclusão e que necessitam de formação inicial e continuada para atender com eficiência e qualidade os alunos surdos. Assim, é importante ressaltar que não importa somente o reconhecimento legal da língua de sinais como meio de comunicação e expressão, mas também a inclusão como disciplina curricular, bem como todas as adaptações e condições de trabalho necessárias.

Referências

BRABO, Gabriela Maria Barbosa. **A formação docente inicial na perspectiva da educação Inclusiva:** com a palavra, o professor formador. In: 37^a Reunião Nacional da Anped – 04 a 08 de Outubro de 2015, UFSC – Florianópolis, SC.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 setembro 2016.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de Abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em 15 de setembro de 2016.

BRITO, Lucinda Ferreira. A Língua Brasileira de Sinais. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Deficiência Auditiva.** Série Atualidade Pedagógicas, fascículo 7. Brasília: SEESP, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos is. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CALVANCANTE, Eleny Brandão; SOARES, Liliane Viana; SANTOS, Patrícia Siqueira. **Inclusão de surdos no ensino regular:** entre o discurso oficial e a realidade do cotidiano escolar. In: 26º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 26, 27 a 30 de maio de 2013, Recife. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2013/cdrom2013/trabalhosCompleto01.htm>> Acesso em: 05 de julho. 2017.

CICCONE, Marta. **Comunicação total.** Rio de Janeiro. Cultura Médica, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 16. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, S. N.; OLIVEIRA PAVÃO, S. M.; Professor da Educação Básica Inclusiva: reflexões a partir de uma abordagem curricular compreensiva. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n.43, p.277, 2012.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, julho/2002, p.21-39.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAFF, Patrícia. **Surdos e ouvintes na escola regular: possibilidades de emergência de sujeitos bilíngues.** In: 36ª Reunião Anual da Anped – 29 a 02 de outubro de 2013, Goiânia- GO.

GOLDFELD, M.A. **Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista.** São Paulo. PLEXUS, 1997.

HAUTRIVE, Giovana Medianeira Fracari; BOLZAN, Doris Pires Vargas. **Aprendizagem da docência alfabetizadora no contexto da surdez.** In: 36ª Reunião Anual da Anped – 29 a 02 de outubro de 2013, Goiânia- GO.

KARNOPP, Lodenir B. Educação Bilíngue para Surdos: ao que estão sinalizando? In: FREITAS, Débora; CARDOZO, Sandra (Org.). **(In)Formando e (Re) Construindo Rede de Conhecimentos.** Boa Vista: UFRR, 2012. v. 1.

LIMA, Claudia de Souza Martins; DAMASCENO Ednaceli Abreu; SOUZA, Karlene Ferreira de. **Alfabetização de crianças surdas no Brasil: uma análise da política de formação de docentes para uma educação inclusive bilíngue.** In: 28º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 28, 26 a 28/04/2017, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - João Pessoa - Paraíba - Brasil. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2017/cdrom2017/trabalhosCompleto01.htm>> Acesso em: 05 de julho. 2017.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A Maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2011.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP Lodenir Becker. **Educação escolar bilíngue de surdos.** In: 37ª Reunião Nacional da Anped – 04 a 08 de Outubro de 2015, UFSC – Florianópolis,SC.

PAIXÃO, Germana Costa; FILHO, José Nelson Arruda. **O ensino de surdos: um olhar sobre a formação dos professores e a estrutura e recursos de municípios cearenses.** In: 27º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 27, 08, 09 e 10 de abril de 2015, Olinda/PE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2015/cdrom2015/trabalhosCompleto01.htm>> Acesso em: 05 de julho. 2017.

PFAFF, Nicole. Etnografia em contextos escolares: pressupostos gerais e experiências interculturais no Brasil e na Alemanha. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, Karina Ávila; KLEIN, Madalena. **Práticas de professores e alunos e o ensino de língua estrangeira na educação de surdos.** In: 37ª Reunião Nacional da Anped – 04 a 08 de Outubro de 2015, UFSC – Florianópolis,SC.

QUADROS, R. M. Aquisição de L1 e L2: O Contexto da Pessoa Surda. In: Seminário: **Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos.** Porto Alegre, 1997. Anais.

SANTOS, Adriana Dantas Wanderley dos. Fatores influenciadores da permanência ou ausência de alunos usuários da língua de sinais nas escolas regulares. In: SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org.) Abordagens sócio antropológicas em educação especial. In: CECCIM, Ricardo Burg, LULKIN, Sérgio Andrés, BEYER, Hugo Otto, LOPES, Maura Corcini. **Educação e exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

SKLIAR, Carlos (Org.) **Educação e Exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial**. Porto Alegre, Ed. Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação de Surdos no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, Sp: EDUSF, 1999.

VITALIANO, C. R.; DALL' ACQUA, M.J.C.; BROCHADO, S.M.D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas do Estado do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina**. Londrina: EDUEL, 2010.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKY, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas –Tomo V**. Editora Visor Madrid, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de Professores na Educação Inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, santa Maria, n.118, 2001.